

Envio de Documento Cancelamento de documentos Proventos

A- A+

Protocolo



O documento foi entregue para CVM e BM&FBOVESPA

Empresa

Código CVM: 01347-1
Nome: PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A

Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP

Protocolo de Recebimento: 013471DFP311220160100063005-75
Protocolo Relacionado: 013471FCA000020170100062488-71
Tipo de Arquivo: Demonstrações Financeiras Padronizadas
Versão: 1
Data de Referência: 31/12/2016
Data de Entrega: 09/03/2017 08:06

DFP capeado pelos dados cadastrais do formulário cadastral V1 recebido em 14/02/2017.

****Atenção: A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!**

Finalizar

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Relatório da Administração	18
----------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	52
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	53
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	54
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	59
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.970
Preferenciais	0
Total	4.970
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	32	73.128
1.01	Ativo Circulante	25	3
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8	3
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17	0
1.01.08.03	Outros	17	0
1.02	Ativo Não Circulante	7	73.125
1.02.02	Investimentos	0	73.118
1.02.02.01	Participações Societárias	0	73.118
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	73.118
1.02.03	Imobilizado	7	7

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	32	73.128
2.01	Passivo Circulante	177.555	21
2.01.03	Obrigações Fiscais	21	21
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21	21
2.01.06	Provisões	177.534	0
2.01.06.02	Outras Provisões	177.534	0
2.01.06.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	177.534	0
2.02	Passivo Não Circulante	7.581	6.375
2.02.02	Outras Obrigações	7.581	6.375
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.581	6.375
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	7.581	6.375
2.03	Patrimônio Líquido	-185.104	66.732
2.03.01	Capital Social Realizado	481.972	481.972
2.03.02	Reservas de Capital	22.269	22.269
2.03.02.04	Opções Outorgadas	22.269	22.269
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-697.690	-447.234
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	8.345	9.725

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-251.822	-198.344
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.170	-1.227
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-250.652	-197.117
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-251.822	-198.344
3.06	Resultado Financeiro	-14	-4
3.06.02	Despesas Financeiras	-14	-4
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-251.836	-198.348
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-251.836	-198.348
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-251.836	-198.348
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-50,67000	-39,91000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-50,67000	-39,91000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-251.836	-198.348
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	5.158
4.02.05	Resultado plano de pensão (CPC 33)	0	5.158
4.03	Resultado Abrangente do Período	-251.836	-193.190

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.200	-1.238
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.184	-1.231
6.01.01.01	Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social das operações continuadas	-251.836	-198.348
6.01.01.03	Resultado da equivalência patrimonial	250.652	197.117
6.01.03	Outros	-16	-7
6.01.03.01	Impostos e contribuições sociais a recolher	-16	-7
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.205	1.240
6.02.02	Aumento líquido em mútuos a receber de partes relacionadas	1.205	1.240
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5	2
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	3

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	481.972	22.269	0	-447.234	9.725	66.732
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	481.972	22.269	0	-447.234	9.725	66.732
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-251.836	0	-251.836
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-251.836	0	-251.836
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.380	-1.380	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	2.091	-2.091	0
5.06.05	Impostos Diferidos Sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-711	711	0
5.07	Saldos Finais	481.972	22.269	0	-697.690	8.345	-185.104

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	481.972	22.269	0	-251.370	7.051	259.922
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	481.972	22.269	0	-251.370	7.051	259.922
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-198.348	5.158	-193.190
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-198.348	0	-198.348
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.158	5.158
5.05.02.06	Resultado Plano de Pensão (CPC 33)	0	0	0	0	5.158	5.158
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.484	-2.484	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	3.764	-3.764	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre realização do custo atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-1.280	1.280	0
5.07	Saldos Finais	481.972	22.269	0	-447.234	9.725	66.732

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-250.652	-197.117
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-250.652	-197.117
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-250.652	-197.117
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-250.652	-197.117
7.08.01	Pessoal	425	507
7.08.01.01	Remuneração Direta	311	387
7.08.01.04	Outros	114	120
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	177	161
7.08.02.03	Municipais	177	161
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	582	563
7.08.03.01	Juros	15	0
7.08.03.02	Aluguéis	567	563
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-251.836	-198.348
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-251.836	-198.348

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	581.418	638.763
1.01	Ativo Circulante	84.692	101.985
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	459	315
1.01.03	Contas a Receber	30.280	41.071
1.01.03.01	Clientes	25.545	37.465
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.735	3.606
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	4.735	3.329
1.01.03.02.02	Partes relacionadas	0	277
1.01.04	Estoques	52.094	56.388
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.859	4.211
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.859	4.211
1.02	Ativo Não Circulante	496.726	536.778
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.952	21.240
1.02.01.03	Contas a Receber	3.834	3.758
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.834	3.758
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.118	17.482
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	2.826	3.707
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	4.160	4.177
1.02.01.09.05	Ativo Atuarial a realizar	0	421
1.02.01.09.06	Outros ativos não circulantes	9.132	9.177
1.02.03	Imobilizado	476.774	515.538

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	581.418	638.763
2.01	Passivo Circulante	715.897	525.535
2.01.02	Fornecedores	38.686	49.640
2.01.03	Obrigações Fiscais	133.279	66.304
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	333.886	323.285
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	333.886	323.285
2.01.05	Outras Obrigações	133.114	48.227
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.380	2.240
2.01.05.02	Outros	130.734	45.987
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	84.803	35.088
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	45.931	10.899
2.01.06	Provisões	76.932	38.079
2.01.06.02	Outras Provisões	76.932	38.079
2.01.06.02.04	Provisão para salários e encargos	76.932	38.079
2.02	Passivo Não Circulante	50.820	46.415
2.02.02	Outras Obrigações	26.535	35.283
2.02.02.02	Outros	26.535	35.283
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	26.430	34.325
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	105	958
2.02.04	Provisões	24.285	11.132
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.261	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.462	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	12.799	0
2.02.04.02	Outras Provisões	4.024	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-185.299	66.813
2.03.01	Capital Social Realizado	481.972	481.972
2.03.02	Reservas de Capital	22.269	22.269
2.03.02.04	Opções Outorgadas	22.269	22.269
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-697.690	-447.234
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	8.345	9.725
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-195	81

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	351.385	480.774
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-386.884	-446.634
3.03	Resultado Bruto	-35.499	34.140
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-78.008	-85.319
3.04.01	Despesas com Vendas	-26.939	-23.230
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-52.671	-54.505
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.602	-7.584
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-113.507	-51.179
3.06	Resultado Financeiro	-131.143	-84.029
3.06.01	Receitas Financeiras	2.008	7.359
3.06.02	Despesas Financeiras	-133.151	-91.388
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-244.650	-135.208
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.462	-63.357
3.08.02	Diferido	-7.462	-63.357
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-252.112	-198.565
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-252.112	-198.565
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-251.836	-198.348
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-276	-217
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-50,67000	-39,91000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-50,67000	-39,91000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-252.112	-198.565
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	5.164
4.02.05	Resultado plano de pensão (CPC 33)	0	5.164
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-252.112	-193.401
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-251.836	-193.184
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-276	-217

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	60.228	150.440
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-57.695	30.525
6.01.01.01	Prejuízo do exercício antes dos impostos	-244.650	-135.208
6.01.01.03	Depreciação e amortização	42.204	43.954
6.01.01.05	Perda (ganho) na alienação de bens do ativo imobilizado/imobilizado	99	5.020
6.01.01.06	Perda atuarial (Nota 18)	0	11.671
6.01.01.07	Juros e variação monetária, líquidas	131.831	87.836
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	5.617	9.054
6.01.01.09	Outros	-1.439	5.361
6.01.01.10	Provisão para créditos duvidosos	7.544	0
6.01.01.12	Provisão para ajuste dos estoques a valor de mercado e obsolescência	1.099	2.837
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	117.923	119.915
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	4.376	46.617
6.01.02.02	Estoques	3.195	9.536
6.01.02.04	Outras contas do ativo, líquidas	-722	-395
6.01.02.05	Fornecedores	-13.806	-7.823
6.01.02.06	Provisão para demandas judiciais (pagamentos)	-3.950	-8.896
6.01.02.07	Salários, férias e encargos sociais a pagar	44.316	8.190
6.01.02.08	Impostos e contribuições sociais a recolher	22.115	57.296
6.01.02.10	Outras contas do passivo, líquidas	14.987	3.612
6.01.02.12	Redução líquida em adiantamentos de clientes e desconto de duplicatas	44.179	9.102
6.01.02.13	Tributos a Recuperar	3.233	2.676
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.400	-10.299
6.02.02	No ativo imobilizado	-3.894	-10.376
6.02.03	Recebimento por vendas de bens do ativo	354	0
6.02.04	Aumento líquido em mútuos a receber de partes relacionadas	140	77
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-56.684	-140.670
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	0	1.624
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal e juros)	-48.541	-117.004
6.03.07	Amortização de parcelamento de tributos	-8.143	-25.290
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	144	-529
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	315	844
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	459	315

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Oções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	481.972	22.269	0	-447.234	9.725	66.732	81	66.813
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	481.972	22.269	0	-447.234	9.725	66.732	81	66.813
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-251.836	0	-251.836	-276	-252.112
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-251.836	0	-251.836	-276	-252.112
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.380	-1.380	0	0	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	2.091	-2.091	0	0	0
5.06.05	Impostos Diferidos Sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-711	711	0	0	0
5.07	Saldos Finais	481.972	22.269	0	-697.690	8.345	-185.104	-195	-185.299

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Oções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	481.972	22.269	0	-251.370	7.051	259.922	292	260.214
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	481.972	22.269	0	-251.370	7.051	259.922	292	260.214
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-198.348	5.158	-193.190	-211	-193.401
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-198.348	0	-198.348	-217	-198.565
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.158	5.158	6	5.164
5.05.02.06	Resultado Plano de Pensão (CPC 33)	0	0	0	0	5.158	5.158	6	5.164
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.484	-2.484	0	0	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	3.764	-3.764	0	0	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre realização do custo atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-1.280	1.280	0	0	0
5.07	Saldos Finais	481.972	22.269	0	-447.234	9.725	66.732	81	66.813

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	441.325	616.893
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	448.515	616.674
7.01.02	Outras Receitas	354	219
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.544	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-248.759	-370.509
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-176.728	-215.235
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-70.932	-152.437
7.02.04	Outros	-1.099	-2.837
7.03	Valor Adicionado Bruto	192.566	246.384
7.04	Retenções	-42.204	-43.954
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.204	-43.954
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	150.362	202.430
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.008	7.359
7.06.02	Receitas Financeiras	2.008	7.359
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	152.370	209.789
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	152.370	209.789
7.08.01	Pessoal	169.041	181.198
7.08.01.01	Remuneração Direta	103.115	110.531
7.08.01.04	Outros	65.926	70.667
7.08.01.04.01	Encargos sociais	65.926	70.667
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	81.678	118.657
7.08.02.01	Federais	53.252	66.245
7.08.02.02	Estaduais	26.206	50.478
7.08.02.03	Municipais	2.220	1.934
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	153.763	108.499
7.08.03.01	Juros	131.728	88.108
7.08.03.02	Aluguéis	22.035	20.391
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-252.112	-198.565
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-251.836	-198.348
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-276	-217

Relatório da Administração**Relatório da administração****Perfil**Plascar S.A.

A Plascar Participações Industriais S.A. (Bovespa: PLAS3), é líder no mercado brasileiro de partes e peças relacionadas ao acabamento interno e externo de veículos automotores, atuando nos mercados originais e de reposição para montadoras da América Latina e Mercosul, com exportações para Argentina, México, EUA, Austrália e Europa. Em 12 de abril de 2006 o controle acionário da Permal do Brasil Ind. e Com. Ltda., controladora da Plascar, foi adquirido pela joint venture fundada em 2005 entre WL Ross & Co. LLC e Franklin Mutual Advisers LLC, com sede em Delaware, Estados Unidos.

Desempenho Econômico – Financeiro

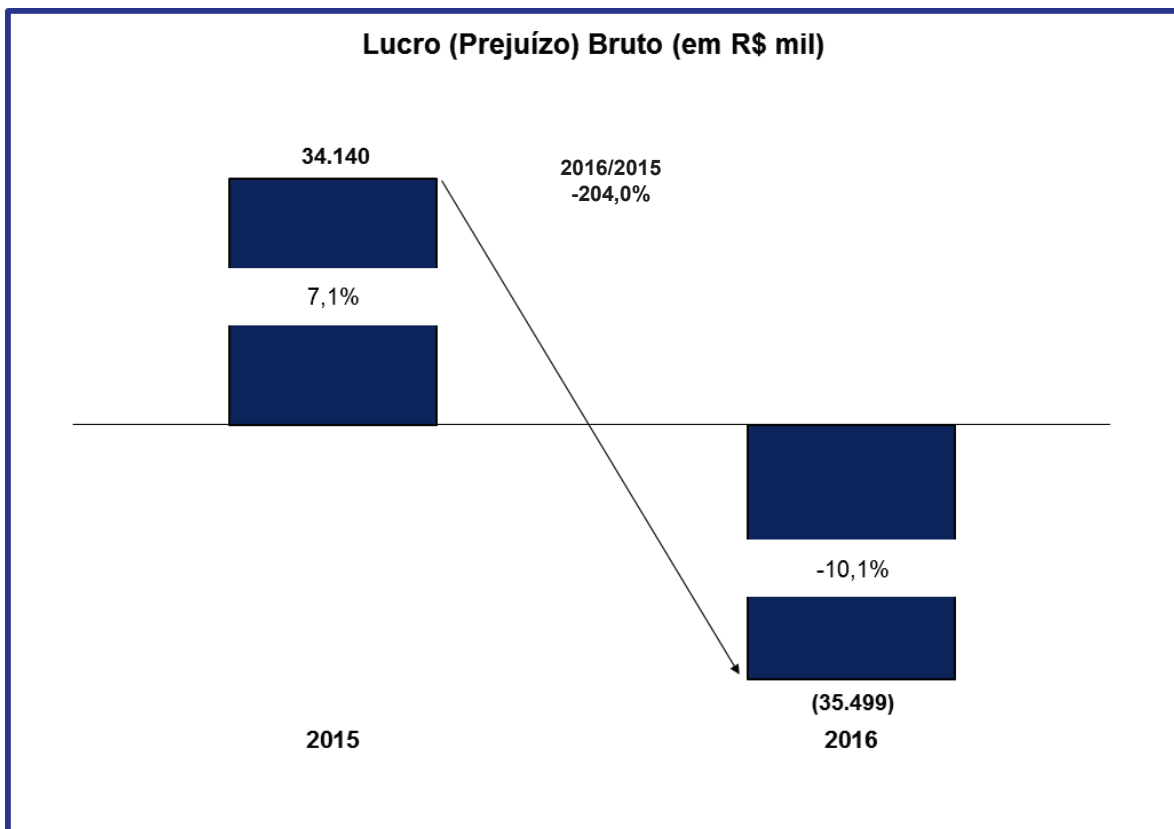
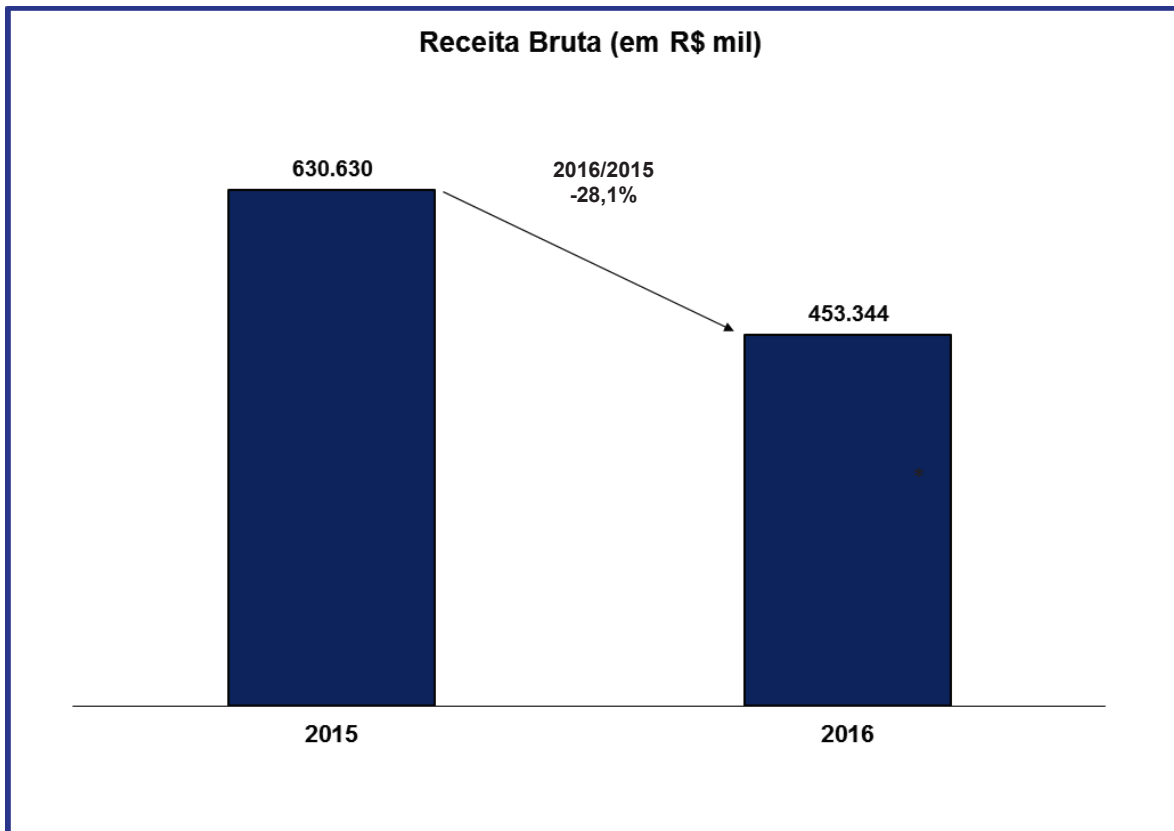
A desaceleração na produção de veículos em 2016 em relação a 2015 foi em torno de 11,2%, conforme dados da ANFAVEA, a receita líquida da Companhia no exercício de 2016 apresentou uma redução de 26,9% quando comparado com o ano anterior.

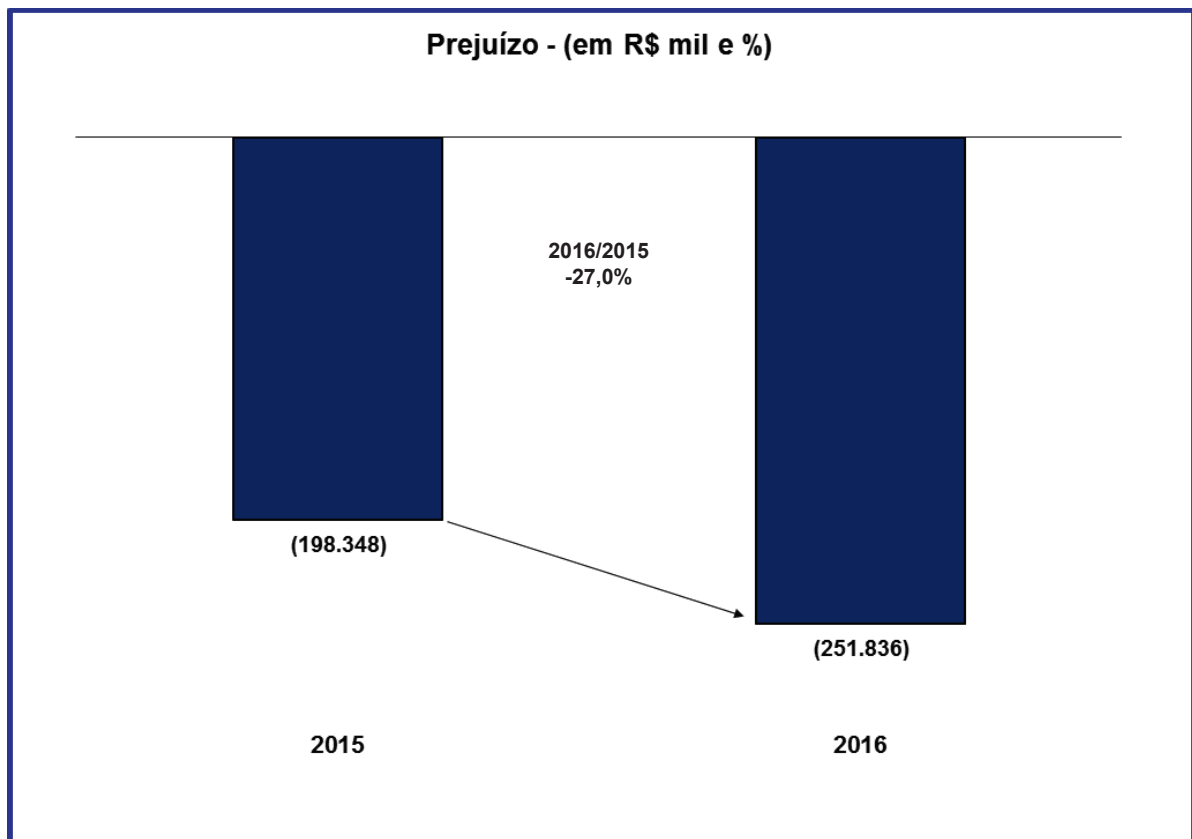
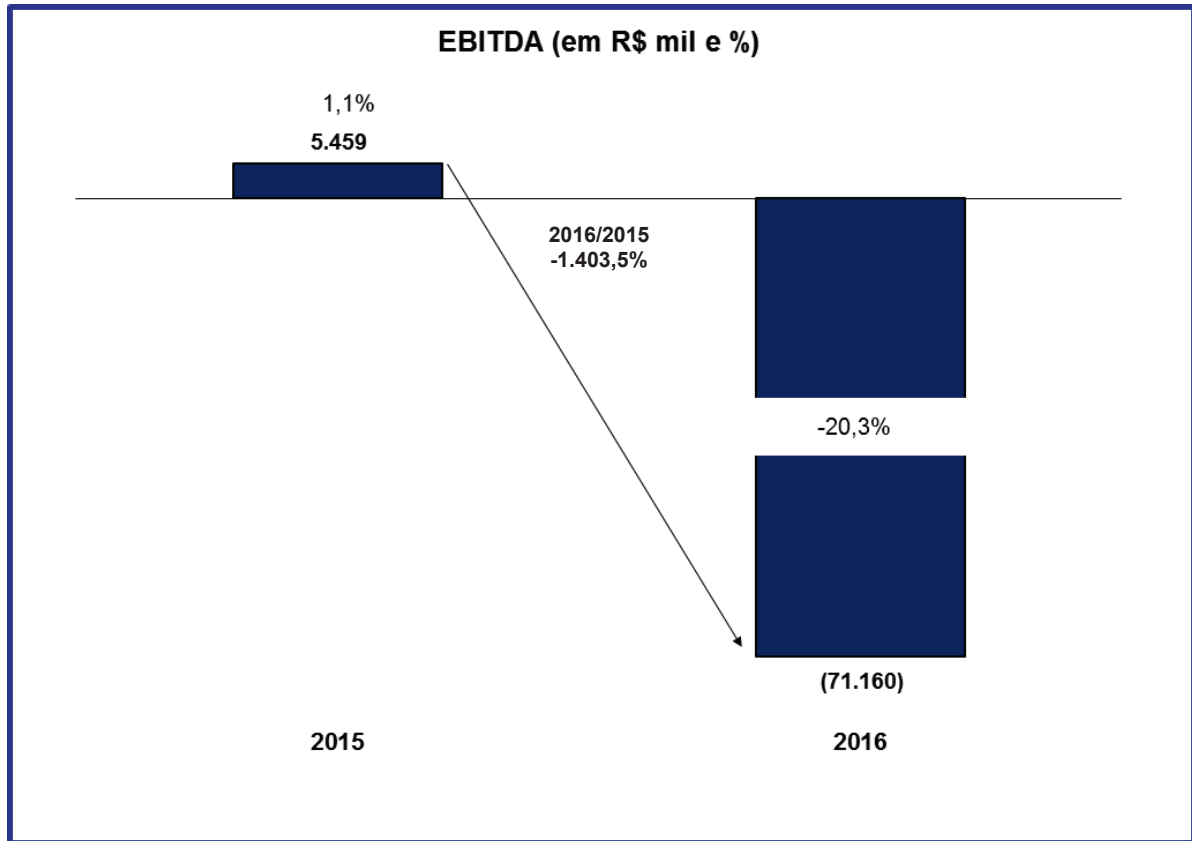
A Companhia mostrou também uma queda na margem bruta, em função da retração na produção de veículos, passando de 7,1% positivo em 2015 para 10,1% negativo em 2016.

Cenário Automotivo	FONTE: ANFÁVEA – BRASIL		
	2015	2016	VAR. %
PRODUÇÃO DE VEÍCULOS	2.429	2.157	-11,2%
VENDAS DE VEÍCULOS	2.569	2.050	-20,2%

Relatório da Administração

Apresentamos a evolução dos nossos resultados financeiros:



Relatório da Administração

Relatório da Administração

Investimentos

A Companhia vem mantendo os investimentos necessários para atender os novos contratos, buscando a melhoria da produtividade e redução de custos, totalizando “CAPEX”, em 2016, de R\$ 4 milhões (R\$ 14 milhões em 2015).

Recursos Humanos

A despeito das adversidades econômicas no País, a Companhia continuou investindo no desenvolvimento profissional de seus colaboradores, com aproximadamente 74,1 horas de ensino e treinamento por colaborador (nos últimos 12 meses), focados em aprendizagem do Senai, estágios, supletivo, além do treinamento, desenvolvimento técnico e operacional.

Quadro de colaboradores em 2016 encerrou com 2.021 (2.922 em 2015).

Relacionamento com os Auditores Externos Independentes

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Informamos que no exercício de 2016, a Companhia não contratou, junto aos seus auditores, serviços não relacionados à auditoria externa.

A política da Companhia e sua controlada na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente, que são: auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer função de gerência em seu cliente e o auditor não deve advogar para seu cliente.

Os Diretores qualificados declaram que:

- a) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.
- b) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Uma vez mais agradecemos a todos aqueles que estiveram presentes e nos apoiaram durante o transcorrer do exercício de 2016, dentre os quais, os nossos Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionistas, Instituições financeiras, Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia.

O EBITDA e as informações não financeiras incluídas neste relatório, assim como os percentuais derivados, não foram auditados pelos nossos auditores independentes.

Campinas, 07 de março de 2017.

A Administração

1. Contexto operacional

A Plascar Participações Industriais S.A. (“Plascar S.A.” ou “Companhia”), com sede na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação como sócia majoritária da controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. (“Plascar Ltda.” e conjuntamente denominada “Grupo”), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Plascar Ltda. possui plantas industriais, localizadas nas cidades de Jundiaí/SP, Varginha/MG e Betim/MG.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes e outros componentes menores. A produção de produtos não automotivos, com foco na injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso, pallets e móveis ecológicos, representa menos de 10% do total de ativos, receita líquida e lucro líquido consolidados no Grupo.

O controle acionário da Permal do Brasil Indústria e Comércio Ltda., que atualmente detém 46,09% do capital social da Companhia, pertence a *joint venture* fundada em 2005 entre WL Ross & Co. LLC (75,7%) e Franklin Mutual Advisers LLC (24,3%), com sede em Delaware, Estados Unidos.

Situação Financeira

A desaceleração na produção de veículos em 2016 foi em torno de 11,2% (conforme dados da ANFAVEA) em relação a 2015. A receita líquida do Grupo no exercício de 2016 apresentou uma queda de 27% quando comparado com o ano anterior.

O Grupo foi nomeado em novos projetos para fabricação de peças injetadas para veículos junto a seus atuais clientes, bem como naquelas montadoras que estão se estabelecendo no Brasil, além de novos negócios não ligados ao setor automotivo, dos quais alguns ainda se encontram em fase de desenvolvimento, e outros já tiveram sua produção iniciada.

O Grupo continua tomando medidas para reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem, promovendo, também, negociações constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão-de obra, matéria prima etc), tudo de acordo com o processo de reestruturação do Grupo, que também culminou com o fechamento das unidades industriais de Pindamonhangaba/SP e Campinas/SP e alienação das operações na Argentina, corte de benefícios e redução no número de colaboradores (cerca de mil colaboradores entre 2015 e 2016).

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 631.205 mil. Essa situação, entre outras descritas abaixo, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional.

O Grupo possui tecnicamente contratos bancários vencidos e, em 2016, possui saldo de empréstimos com vencimentos originais de longo prazo apresentados no curto prazo no montante de R\$ 135.456 (nota 4.1c), em razão do não cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”). Para esses contratos vencidos, o Grupo vem negociando diretamente com cada um dos bancos, buscando a melhor forma de equacionar os valores em aberto, no que vem tendo êxito.

Diante das negociações em andamento e do claro esforço do Grupo para renegociar cada um desses contratos até o momento nenhum banco executou a dívida vencida. Não há, por parte do Grupo, expectativa de que ocorra qualquer execução, o que levaria o Grupo a enfrentar dificuldade relevante para continuidade normal de seus negócios.

O Grupo vem conduzindo os trabalhos relacionados à busca de um novo investidor privado, com posterior aumento de capital. O Grupo estuda ainda outras alternativas para continuar o processo de

Notas Explicativas

saneamento da posição financeira e aumento das fontes de caixa como o contínuo aumento de suas operações em indústrias que apresentam maiores margens.

Apesar da forte desaceleração na produção de veículos em 2016 em torno de 11%, a administração do Grupo revisou as projeções considerando os novos projetos para fabricação de peças injetadas e estima uma recuperação no volume de vendas em torno de 26% em 2017 se comparado com 2016.

Segundo dados oficiais da ANFAVEA, a produção de veículos em 2017 aponta para um aumento de 11,9%.

Adicionalmente, o Grupo estuda formas de viabilizar o parcelamento de seus débitos tributários vencidos (Nota 23).

O Grupo celebrou contratos de empréstimos com a Fiat, a título de adiantamento em função da forte retração do mercado atual e escassez de crédito. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo destes adiantamentos é de R\$ 56.933 (Nota 15).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal, em 14 de fevereiro de 2017.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) . Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro

Notas Explicativas

(*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Consolidação

O Grupo consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Plascar Participações Industriais S.A a qual possui participação de 99,89% em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta " Participação de não controladores ".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Notas Explicativas

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. O Grupo concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser

Notas Explicativas

contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

O Grupo não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD” ou *impairment*).

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

2.10 Imobilizado

O imobilizado considera como base de valor e foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS e CPC. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente

Notas Explicativas

atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é

Notas Explicativas

reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Notas Explicativas

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço e limitado a 30% do saldo do passivo quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

Nos termos da Resolução CMPC nº 11, de 13 de maio de 2013, o Grupo solicitou o encerramento do Patrocínio do Plano de Aposentadoria PlascarPrev em 23 de dezembro de 2014, sendo que esta solicitação foi aprovada pela PREVIC – Superintendência de Previdência Complementar em 22 de junho de 2015. A efetiva liquidação do Plano deu-se em 1º de outubro de 2015.

(b) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para o Grupo e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

O Grupo fabrica e vende peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma empresa do Grupo efetua a entrega dos produtos para o comprador. O Grupo e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

(b) Venda de ferramentais

O Grupo desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora e no decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de

Notas Explicativas

peças. As vendas dos ferramentais são reconhecidas no momento em que o projeto esteja em produção e aprovado pela montadora. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramental, uma vez que trata-se de um bem de sua propriedade.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Arrendamentos

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.20 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.21 Resultado por ação

O Grupo efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Em AGE realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1.

2.22 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção, porém acredita não haver impactos significativos.

Notas Explicativas

- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção, porém acreditamos não ser aplicável para o Grupo uma vez que não possui instrumentos de *hedge*.
- . IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendamentos ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção e conforme mencionado na nota 16a, o Grupo possui contratos de arrendamento mercantil operacional (transação *Sale & Leaseback*) firmados em 2011 com suas unidades industriais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis

Notas Explicativas

mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)) como demonstrado na Nota 12.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2016	2015
Contas a receber (Nota 6)	5.375	10.881
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 10)	-	277
Fornecedores	<u>(2.766)</u>	<u>(980)</u>
Exposição líquida	<u><u>2.609</u></u>	<u><u>10.178</u></u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de taxa de câmbio.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Impacto no resultado do período (1)		
	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivo financeiro			
CDI	11,59%	14,49%	17,39%
Empréstimos e financiamentos	(26.079)	(29.440)	(32.729)

Notas Explicativas

- (1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2016.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes de equipamentos originais ("OEM") e reposição/concessionárias ("DSH"), incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A possibilidade de o Grupo e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo não possui saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, quando houver, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha fundos de curto prazo de R\$ 87 (2015 - R\$ 11) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo, desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados. Como descrito na Nota 1, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2016, Capital Circulante Líquido Negativo no montante de R\$ 631.205. As medidas para o equacionamento da sua situação financeira atual também estão descritas nessa nota.

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Empréstimos e financiamentos	49.624	148.806	112.712	22.744	333.886
Fornecedores	33.172	2.691	2.823	-	38.686
Passivos com partes relacionadas	2.380	-	-	-	2.380
Outros passivos	39.770	1.261	4.820	185	46.036
	<u>124.946</u>	<u>152.758</u>	<u>120.355</u>	<u>22.929</u>	<u>420.988</u>
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos	21.725	65.173	208.924	27.463	323.285
Fornecedores	49.630	10	-	-	49.640
Passivos com partes relacionadas	2.240	-	-	-	2.240
Outros passivos	9.424	1.475	958	-	11.857
	<u>83.019</u>	<u>66.658</u>	<u>209.882</u>	<u>27.463</u>	<u>387.022</u>

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Consolidado	
	2016	2015
Total dos empréstimos (Nota 13)	333.886	323.285
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(459)	(315)
Dívida líquida	<u>333.427</u>	<u>322.970</u>
Total do patrimônio líquido	<u>(185.299)</u>	<u>66.813</u>
Total do capital	<u>148.128</u>	<u>389.783</u>
Índice de alavancagem financeira - %	225	83

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Presentemente o Grupo não possui passivos registrados a valor justo. Entretanto, abaixo estão os comparativos dos ativos financeiros registrados ao custo amortizado e seu respectivo valor justo:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)				
Capital de giro – moeda nacional	232.637	228.329	216.591	218.003
“Leasing”	22	22	110	107
Finame	101.227	101.227	106.584	106.583
	<u>333.886</u>	<u>329.578</u>	<u>323.285</u>	<u>324.693</u>

Notas Explicativas

5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados do Grupo por categoria em cada uma das datas apresentadas:

(a) Empréstimos e recebíveis

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	459	315
Contas a receber de clientes	25.545	37.465
Contas a receber da venda de imóveis	3.834	3.758
Partes relacionadas	-	277
Depósitos judiciais	4.160	4.177
Outros ativos	<u>4.735</u>	<u>3.329</u>
	<u>38.733</u>	<u>49.321</u>

(b) Outros passivos financeiros

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	38.686	49.640
Empréstimos	333.886	323.285
Partes relacionadas	2.380	2.240
Outros passivos	<u>46.036</u>	<u>11.857</u>
	<u>420.988</u>	<u>387.022</u>

Controladora

O caixa e equivalentes de caixa são classificados como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar para partes relacionadas são classificadas como "Outros passivos financeiros".

6 Contas a receber de clientes

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Terceiros no País	24.405	29.565
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	5.375	10.881
Contas a receber de ferramental no País	6.782	492
Provisão para <i>impairment</i> - créditos duvidosos	<u>(11.017)</u>	<u>(3.473)</u>
	<u>25.545</u>	<u>37.465</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	(3.473)	(3.473)
(Aumento) diminuição da provisão (Nota 21)	<u>(7.544)</u>	<u></u>
Saldo final	<u>(11.017)</u>	<u>(3.473)</u>

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	15.920	25.812
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	4.301	5.362
De 31 a 60 dias	615	380
De 61 a 90 dias	4.539	100
Há mais de 90 dias	<u>11.187</u>	<u>9.284</u>
	<u>20.642</u>	<u>15.126</u>
Total	<u><u>36.562</u></u>	<u><u>40.938</u></u>

A política do Grupo para provisão para créditos duvidosos contempla o saldo vencido há mais de 90 dias.

7 Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Produtos acabados	5.589	6.012
Produtos em elaboração	9.811	12.449
Matérias-primas	15.327	20.674
Importação em andamento	4.074	3.515
Materiais de manutenção e auxiliares	2.026	1.976
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	18.213	17.139
Adiantamentos a fornecedores	4.417	887
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	<u>(7.363)</u>	<u>(6.264)</u>
	<u><u>52.094</u></u>	<u><u>56.388</u></u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a movimentação da provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	(6.264)	(3.427)
Reversão da provisão	3.502	1.920
Aumento da provisão	<u>(4.601)</u>	<u>(4.757)</u>
(Aumento) Redução líquida (Nota 21)	<u>(1.099)</u>	<u>(2.837)</u>
Saldo final	<u><u>(7.363)</u></u>	<u><u>(6.264)</u></u>

Notas Explicativas

8 Tributos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP	1.480	3.577
Processo FUNRURAL	2.237	2.237
Outros	<u>968</u>	<u>2.104</u>
	4.685	7.918
Circulante	<u>(1.859)</u>	<u>(4.211)</u>
Não circulante	<u><u>2.826</u></u>	<u><u>3.707</u></u>

9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	3.198	7.354
Provisão para demandas judiciais e outras diferenças temporárias		
	<u>3.198</u>	<u>7.354</u>
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (2)	(1.132)	(1.843)
Depreciação – revisão da vida útil – econômica (3)	<u>(9.528)</u>	<u>(5.511)</u>
	<u>(10.660)</u>	<u>(7.354)</u>
Líquido	<u><u>(7.462)</u></u>	

(1) A Plascar S.A., controladora da Plascar Ltda., possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 52.177 e R\$ 63.179, respectivamente (R\$ 50.992 e R\$ 61.994 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente), sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos por não haver perspectiva de realização através de lucros tributáveis futuros.

A Plascar Ltda, possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 599.747 e R\$ 595.245, respectivamente (R\$ 359.216 e 354.732 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente) sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos na sua totalidade, conforme determina a Instrução CVM 371.

Os tributos diferidos ativos no valor de R\$ 3.198 registrado em 2016 refere-se ao percentual de 30% sobre o montante de R\$ 10.660 que corresponde aos tributos diferidos calculados sobre custo atribuído do ativo imobilizado e diferença de depreciação – revisão da vida útil – econômica.

Notas Explicativas

- (2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).
- (3) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil – econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, o Grupo, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. A partir de setembro de 2011, o Grupo passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, conseqüentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

b) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2016	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(244.650)	(135.208)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	83.181	45.971
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(90.643)	(121.730)
Outras diferenças permanentes		12.402
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(7.462)</u>	<u>(63.357)</u>

(1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros e os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, não registrados no período.

c) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>7.354</u>	<u>(7.354)</u>	
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos		711	711
Reversão tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa contribuição social pela falta de expectativa de realização.	(4.156)		(4.156)
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação		(4.017)	(4.017)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>3.198</u>	<u>(10.660)</u>	<u>(7.462)</u>

10 Partes relacionadas

a) Remuneração aos Administradores

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores do Grupo e de suas controladas são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

Notas Explicativas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração fixa anual (1)	(7.641)	(7.394)
Remuneração variável (2)	<u>(1.663)</u>	<u>(3.023)</u>
Honorários da administração (Nota 21)	<u>(9.304)</u>	<u>(10.417)</u>

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

b) Empresas ligadas

O Grupo realiza operações mercantis e transações de mútuo com suas controladas e outras partes relacionadas, de acordo com os critérios definidos abaixo:

As transações mercantis realizadas entre o Grupo e suas controladas referem-se à compra e venda de insumos e peças, para complemento dos produtos vendidos a montadoras por partes relacionadas do Grupo. Tais operações mercantis ocorrem mediante regular tomada de preços, sendo que as cotações, condições e prazos de pagamento são semelhantes aos praticados com terceiros em prazo não superior a 90 dias, sem atribuição de juros ou encargos.

Historicamente, os saldos (contas a receber) de referidas operações mercantis têm sido pontualmente liquidados de acordo com as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio. Consequentemente, não foi contabilizada, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas.

O Grupo e suas controladas celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo circulante		
Contas a receber:		
IAC Madsnvil – USA	-	277
	-	277
	<u>Controladora</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo circulante		
Contrato de mútuo:		
Permali do Brasil Ind. e Com. Ltda.	2.380	2.240
Plascar Ltda.	7.581	6.375
	<u>7.581</u>	<u>6.375</u>
	<u>2.380</u>	<u>2.240</u>

Notas Explicativas

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado		
Receita de vendas		
IAC Madsnvil – USA	-	366
	-	366

As contas a receber referem-se às vendas de produtos, denominados em moedas estrangeiras, sobre as quais não incidem remuneração.

O contrato de mútuo entre o Grupo (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de o Grupo ser detentor direto de 99,89% do capital social da Plascar Ltda. Trata-se do único contrato de mútuo em que a mutuante é sociedade não operacional e detentora de participação direta de aproximadamente 100% do capital social da mutuaria, circunstância que justificava a não incidência de juros. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda, com vencimento indeterminado.

O contrato de mútuo entre a Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) está sujeito à incidência de juros mensais de 1,0% e tem vencimento indeterminado. Referido contrato foi celebrado em 31 de março de 2009 para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.

11 Investimentos

	2016	2015
Em controlada:		
Plascar Ltda.	-	73.118
	-	73.118

A movimentação dos investimentos está demonstrada abaixo:

	2016	2015
Em 31 de dezembro	73.118	265.077
Participação nos prejuízos de controladas	(250.652)	(197.117)
Resultado plano de pensão (CPC 33)		5.158
Em 31 de dezembro de 2016 (Passivo a descoberto)	(177.534)	73.118

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda., estão apresentadas a seguir:

	2016	2015
Capital social	389.082	389.082
Quotas totais	389.082.159	389.082.159
Quotas possuídas	388.654.169	388.654.169
Participação	99,89%	99,89%
Patrimônio líquido da controlada (Passivo a descoberto)	(177.729)	73.199
Investimento registrado na Plascar S.A.	(177.534)	73.118
Prejuízo do exercício	(250.928)	(197.335)
Resultado da equivalência patrimonial	(250.652)	(197.117)

Notas Explicativas**12 Imobilizado****a) Composição**

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
		Custo	Depreciação	2016 Líquido	2015 Líquido
Edificações	2 a 4	8.630	(925)	7.705	8.215
Máquinas e equipamentos	4 a 13,79 (1)	829.835	(421.207)	408.628	441.226
Moldes	6 a 9	49.350	(42.225)	7.125	11.297
Móveis e utensílios	6 a 10	13.259	(10.356)	2.903	3.525
Veículos	18,57 a 20	4.604	(3.606)	998	1.337
Equipamentos de computação	15 a 16,81	6.263	(5.864)	399	487
Terrenos		-	-	-	-
Peças e materiais de reposição		3.968	-	3.968	3.736
Obras em andamento		-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		45.048	-	45.048	45.715
		960.957	(484.183)	476.774	515.538

(1) Taxa média ponderada de 5,82%.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se, substancialmente à aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação das unidades fabris do Grupo. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2016, R\$ 35.453 (2015 – R\$ 35.714) refere-se à compra de equipamentos, ainda em construção, financiadas pelo programa FINAME (vide Nota 13).

O montante de R\$ 41.416 (2015 - R\$ 42.944) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 399 (2015 - R\$ 588) em "Despesas com vendas" e R\$ 389 (2015 - R\$ 422) em "Despesas administrativas".

b) Movimentação do custo

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	8.573	57	-	-	8.630
Máquinas e equipamentos	827.224	3.792	(1.181)	-	829.835
Moldes	49.015	335	-	-	49.350
Móveis e utensílios	13.348	1	(90)	-	13.259
Veículos	4.860	94	(350)	-	4.604
Equipamentos de computação	6.294	50	(81)	-	6.263
Terrenos	-	-	-	-	-
Peças e materiais de reposição	3.736	232	-	-	3.968
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	45.715	-	(667)	-	45.048
	958.765	4.561	(2.369)	-	960.957

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	8.474	220	(44)	(77)	8.573
Máquinas e equipamentos	808.875	10.701	(8.823)	16.471	827.224
Moldes	44.636	2.309		2.070	49.015
Móveis e utensílios	17.212	55	(3.937)	18	13.348
Veículos	5.888	266	(1.292)	(2)	4.860
Equipamentos de computação	6.474	125	(352)	47	6.294
Terrenos					
Peças e materiais de reposição	3.688			48	3.736
Obras em andamento	14.117			(14.117)	
Adiantamentos a fornecedores	50.173			(4.458)	45.715
	<u>959.537</u>	<u>13.676</u>	<u>(14.448)</u>	<u>-</u>	<u>958.765</u>

c) Movimentação da depreciação

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	(358)	(257)	-	(310)	(925)
Máquinas e equipamentos	(385.998)	(36.349)	913	227	(421.207)
Moldes	(37.718)	(4.507)	-	-	(42.225)
Móveis e utensílios	(9.823)	(620)	87	-	(10.356)
Veículos	(3.523)	(333)	167	83	(3.606)
Equipamentos de computação	(5.807)	(138)	81	-	(5.864)
	<u>(443.227)</u>	<u>(42.204)</u>	<u>1.248</u>	<u>-</u>	<u>(484.183)</u>

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015				
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferências	Saldo final
Edificações	(430)	(256)	5	323	(358)
Máquinas e equipamentos	(352.941)	(37.736)	4.162	517	(385.998)
Moldes	(32.230)	(4.604)		(884)	(37.718)
Móveis e utensílios	(13.033)	(654)	3.869	(5)	(9.823)
Veículos	(4.091)	(498)	1.040	26	(3.523)
Equipamentos de computação	(5.976)	(206)	352	23	(5.807)
	<u>(408.701)</u>	<u>(43.954)</u>	<u>9.428</u>	<u>-</u>	<u>(443.227)</u>

d) Custo de empréstimos capitalizados

O valor dos custos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.661 (R\$ 3.300 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

e) Arrendamentos mercantis financeiros (*Leasing*)

Em 31 de dezembro de 2016, a Plascar Ltda. possui 2 contratos de arrendamento mercantil financeiro de máquinas, equipamentos, prédio e veículos.

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 635 (R\$ 740 em 31 de dezembro de 2015). Os itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro são garantidos pelos próprios objetos dos contratos.

f) Teste para verificação de impairment de ativo não financeiro.

O Grupo avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de impairment preparados pelo Grupo são baseados nos resultados projetados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente. Os períodos projetados levam em conta a vida útil média dos ativos para cada uma das unidades geradoras de caixa. O Grupo avalia seus ativos pelo preço líquido de venda e compara com o valor contábil desses ativos.

O Grupo decidiu contratar uma avaliação independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a Avaliação Patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiá, Betim e Varginha.

	<u>Valor contábil dos ativos</u>	<u>2016 Valor líquido de venda</u>
Jundiá	215.335	225.208
Betim	153.674	155.858
Varginha	107.486	107.615
Corporativo	279	(*)
Total	<u>476.774</u>	<u>488.681</u>

(*) valor não avaliado

O valor recuperável é o valor justo líquido de despesas de alienação sendo sua mensuração classificado no nível 2 sendo a descrição da técnica descrita abaixo:

- Os ativos de propriedade do Grupo foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de impairment.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário.

13 Empréstimos e financiamentos

<u>Modalidade/finalidade</u>	<u>Encargos financeiros</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Capital de giro – moeda nacional	CDI + juros de 0,32% a 0,90% a.m.	232.637	216.591
“Leasing”	Juros de 1,02% a 1,25% a.m.	22	110
FINAME	Juros de 0,21% a.m. a 0,73% a.m.	<u>101.227</u>	<u>106.584</u>
Total		<u><u>333.886</u></u>	<u><u>323.285</u></u>

Notas Explicativas

A Plascar Ltda. possui contratos bancários vencidos e, vem negociando diretamente com cada um dos bancos, buscando a melhor forma de equacionar os valores em aberto, no que vem tendo êxito.

Diante das negociações em andamento e do claro esforço do Grupo para renegociar cada um desses contratos até o momento nenhum banco executou a dívida vencida. Não há, por parte do Grupo, expectativa de que ocorra qualquer execução.

O Grupo possui tecnicamente contratos bancários vencidos e, em 2016, possui saldo de empréstimos com vencimentos originais de longo prazo apresentados no curto prazo no montante de R\$ 135.456 (nota 4.1c), em razão do não cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”).

Dos empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda., R\$ 93.161 (2015 – R\$ 87.191) são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

Os financiamentos FINAME são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2016, R\$ 35.453 (2015 – R\$ 35.714) refere-se a contratos para aquisição de injetoras, ainda em construção pelos fornecedores, registrado em contrapartida de adiantamentos a fornecedores, no ativo imobilizado.

Os contratos de “leasing” são garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos.

14 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Consolidado	
	2016	2015
Encargos sociais (Nota 23)	52.681	12.877
Indenizações trabalhistas	5.537	-
Provisão férias	11.466	11.202
Plano de participação nos resultados - provisão	11.173	12.829
Outros	99	1.171
	<u>80.956</u>	<u>38.079</u>
Circulante	<u>(76.932)</u>	<u>(38.079)</u>
Não circulante	<u>4.024</u>	<u>-</u>

15 Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	2016	2015
Fiat Automóveis	58.644	20.829
MAN	10.931	12.602
Scania do Brasil	6.759	231
Volkswagem do Brasil	3.484	94
Calsonic Kansei	3.903	-
Mercedes Benz	624	545
Outros	458	787
	<u>84.803</u>	<u>35.088</u>

O montante de R\$ 56.933 (R\$ 18.841 em 31 de dezembro de 2015) trata-se de contratos de empréstimos a título de adiantamentos celebrados com a Fiat (nota 1), sendo que os demais adiantamentos referem-se a desenvolvimento de ferramentais.

Notas Explicativas

16 Compromissos e contingências

a) Arrendamento mercantil operacional (transação de *Sale & Leaseback*)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. realizou transações de Sale & Leaseback dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiaí e Betim. Os contratos de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos após manifestação expressa da Plascar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos.

b) Processos judiciais

O Grupo é parte envolvido em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A Administração do Grupo, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso, como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Trabalhistas	12.799	11.132
	<u>12.799</u>	<u>11.132</u>

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
	Saldo inicial	Adição Pagamentos		Saldo final
Trabalhistas	11.132	5.617	(3.950)	12.799
	<u>11.132</u>	<u>5.617</u>	<u>(3.950)</u>	<u>12.799</u>
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			
	Saldo inicial	Adição Pagamentos		Saldo Final
Trabalhistas	10.974	9.054	(8.896)	11.132
	<u>10.974</u>	<u>9.054</u>	<u>(8.896)</u>	<u>11.132</u>

Trabalhistas

A provisão para ações trabalhistas consiste, principalmente, de reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e foi constituída considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável.

Notas Explicativas

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Tributárias	6.487	9.561
Trabalhistas	<u>53.838</u>	<u>49.217</u>
	<u>60.325</u>	<u>58.778</u>

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2016, a Plascar Ltda. possui 3 processos tributários, avaliados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante de R\$ 6.487 (R\$ 9.561 em 31 de dezembro de 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Ativos contingentes

Atualmente, a Plascar Ltda. figura como parte ativa em dois processos considerados relevantes contra FUNRURAL e ELETROBRÁS, cujos montantes envolvidos são de R\$ 8.585 e R\$ 19.249, respectivamente.

- (i) O processo contra ELETROBRÁS, cuja sentença também foi favorável ao Grupo, se encontra em avançado estágio processual, sendo que o Grupo já deu início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. O caso, atualmente, aguarda manifestação judicial quanto ao início da referida execução pleiteada pelo Grupo.
- (ii) O processo contra o FUNRURAL foi tramitado e julgado na data de 04 de setembro de 2001, sendo o valor liberado no montante de R\$ 2.237, valor este questionado pelo Grupo no que se refere a sua atualização para posterior emissão de ordem de liquidação e recebimento. Este saldo está contabilizado na rubrica de tributos a recuperar (nota 8).

17 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital autorizado é de 1.000.000.000 de ações, e dentro desse limite, o Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre a emissão, seu valor e quantidade de novas ações, bem como fixar as condições de subscrição e integralização das mesmas. Ainda, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá ser outorgada opção de compra de ações aos conselheiros e diretores do Grupo ou de Sociedade sob seu controle.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital subscrito e integralizado está composto por 4.970.167 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas

- (i) Reserva de capital – Opções e Ações outorgadas reconhecidas

Constituída pelo registro contábil do plano de pagamento baseado em ações.

Notas Explicativas

c) Remuneração aos acionistas

De acordo com o Estatuto do Grupo, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76.

18 Resultado por ação

O cálculo básico de lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerador:		
Prejuízo líquido do exercício de operações continuadas	(251.836)	(198.348)
Denominados:		
Média ponderada do número de ações	<u>4.970.167</u>	<u>4.970.167</u>
Prejuízo líquido básico e diluído por ação - R\$	<u>(50,67)</u>	<u>(39,91)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro por ação. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Em AGE realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1.

19 Plano de pensão

Salientamos que, nos termos da Resolução CMPC nº 11, de 13 de maio de 2013, a Plascar solicitou o encerramento do Patrocínio do Plano de Aposentadoria PlascarPrev em 23 de dezembro de 2014, sendo que esta solicitação foi aprovada pela PREVIC – Superintendência de Previdência Complementar em 22 de junho de 2015. A efetiva liquidação do Plano deu-se em 1º de outubro de 2015.

O saldo atuarial atualizado e apurado pelo Grupo junto com seus especialistas, antes do encerramento do plano, apresenta um ativo líquido de R\$ 12.092 em 31 de dezembro de 2015 em função da perspectiva de realização do saldo com contribuições futuras do plano. Decorrente dessa atualização, no exercício findo 31 de dezembro de 2015, foi contabilizada um ganho atuarial de R\$ 5.164, a qual foi registrada em contrapartida outros resultados abrangentes.

A conclusão do Processo de Retirada ocorreu no quarto trimestre de 2015, e resultou na baixa de R\$ 11.671, a qual foi registrada em contrapartida Outras despesas operacionais no resultado do exercício.

Notas Explicativas**20 Receita operacional líquida**

	Consolidado	
	2016	2015
Receita bruta de vendas	453.344	630.630
Impostos incidentes sobre vendas	(97.130)	(135.900)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(4.829)	(13.956)
	<u>351.385</u>	<u>480.774</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (alíquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados – IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social – PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%) e Contribuição previdenciária sobre faturamento (alíquota de 1%).

21 Custos e despesas por natureza

O Grupo optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2016	2015
Matéria prima, insumos e materiais de uso e consumo	(157.793)	(192.174)
Gastos com pessoal (Nota 25)	(150.892)	(181.198)
Despesas com demissões (1)	(14.287)	-
Fretes sobre vendas	(8.652)	(12.065)
Depreciação e amortização	(42.204)	(43.954)
Energia elétrica, água e telefone	(24.728)	(27.850)
Serviços de terceiros	(11.843)	(13.663)
Honorários da Administração (Nota 10)	(9.304)	(10.417)
Comissões sobre vendas	(248)	(376)
Aluguéis de imóveis	(21.611)	(19.953)
Provisão para créditos duvidosos (Nota 6)	(7.544)	-
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 7)	(1.099)	(2.837)
Outros	(16.289)	(19.882)
	<u>(466.494)</u>	<u>(524.369)</u>
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(386.884)	(446.634)
Despesas com vendas	(26.939)	(23.230)
Despesas administrativas e gerais	(52.671)	(54.505)
	<u>(466.494)</u>	<u>(524.369)</u>

(1) No ano de 2016 a Plascar desligou aproximadamente 1.000 colaboradores como parte das medidas para redução de custos internos operacionais em função da desaceleração na produção de veículos no período.

Notas Explicativas**22 Resultado financeiro**

	Consolidado	
	2016	2015
Despesas financeiras		
Juros	(81.075)	(63.869)
Encargos sobre impostos vencidos/parcelados *	(45.109)	(21.243)
Variações cambiais passivas	(4.194)	(2.231)
IOF	(1.423)	(3.280)
Outros	(1.350)	(765)
	<u>(133.151)</u>	<u>(91.388)</u>
Receitas financeiras		
Juros	169	55
Variações monetárias ativas	571	521
Variações cambiais ativas	1.213	6.746
Outros	55	37
	<u>2.008</u>	<u>7.359</u>
Resultado financeiro	<u>(131.143)</u>	<u>(84.029)</u>

*Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

23 Obrigações Fiscais e Encargos Sociais

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 159.709 e R\$ 52.681 de encargos de folha de pagamento, destes, R\$ 151.172 referem-se à vencidos e R\$ 52.984 parcelados.

	Em Aberto	A Vencer	Vencidos	2016	
				Parcelados	
				Circulante	Não Circulante
PIS	16.276	229	14.551	1.496	-
COFINS	76.712	1.041	68.137	7.534	-
ICMS	63.802	756	25.124	11.492	26.430
IPI	2.514	291	1.668	555	-
Outros (ISS IPTU)	405	405	-	-	-
	<u>159.709</u>	<u>2.722</u>	<u>109.480</u>	<u>21.077</u>	<u>26.430</u>
IRRF (Empregados)	7.712	1.972	5.740	-	-
Desoneração Folha	16.583	735	15.848	-	-
INSS (Empresa)	12.600	1.542	11.058	-	-
INSS (Empregados)	10.309	1.263	9.046	-	-
INSS parcelado (Empresa)	3.012	-	-	799	2.213
INSS parcelado (Empregados)	2.465	-	-	654	1.811
(Nota 14)	<u>52.681</u>	<u>5.512</u>	<u>41.692</u>	<u>1.453</u>	<u>4.024</u>
Soma (Empresa)	<u>191.904</u>	<u>4.999</u>	<u>136.386</u>	<u>21.876</u>	<u>28.643</u>
Soma (Empregados)	<u>20.486</u>	<u>3.235</u>	<u>14.786</u>	<u>654</u>	<u>1.811</u>
Total	<u>212.390</u>	<u>8.234</u>	<u>151.172</u>	<u>22.530</u>	<u>30.454</u>

Notas Explicativas

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 100.629 e R\$ 12.877 de encargos de folha de pagamento, destes, R\$ 53.221 referem-se à vencidos e R\$ 53.352 parcelados

	Em Aberto	A Vencer	Vencidos	2015	
				Parcelados	
				Circulante	Não Circulante
PIS	9.662	196	7.570	570	1.326
COFINS	45.327	885	31.553	5.912	6.977
ICMS	44.258	1.319	4.875	12.041	26.023
IPI	1.022	261	258	503	-
Outros (ISS IPTU)	360	360	-	-	-
	100.629	3.021	44.256	19.026	34.326
IRRF (Empregados)	2.619	1.396	1.223	-	-
Desoneração Folha	3.177	895	2.282	-	-
INSS (Empresa)	3.895	892	3.003	-	-
INSS (Empregados)	3.186	729	2.457	-	-
INSS parcelado (Empresa)	-	-	-	-	-
INSS parcelado (Empregados)	-	-	-	-	-
	12.877	3.912	8.965	-	-
Soma (Empresa)	107.701	4.808	49.541	19.026	34.326
Soma (Empregados)	5.805	2.125	3.680	-	-
Total	113.506	6.933	53.221	19.026	34.326

Sobre os valores vencidos o Grupo registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação.

Programa de Regularização Tributária (PRT) MP 766/17 de 04 de janeiro de 2017.

A administração está avaliando junto aos seus consultores jurídicos externos sua adesão para o ano de 2017, sendo assim parte do saldo deverá ser liquidado por meio desse programa do Governo. O prazo para o requerimento de adesão ao PRT se dará até o dia 31 de maio de 2017.

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado plano de pensão – encerramento do plano (nota 19)	-	(11.671)
Crédito energia elétrica Mercado Livre	291	4.238
Outros	1.311	(151)
	1.602	(7.584)

25 Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Salários e encargos sociais	124.204	136.088
Plano de participação nos resultados	8.167	14.664
Benefícios previstos em Lei	18.494	30.396
Benefícios adicionais	27	50
	150.892	181.198

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, o Grupo e suas controladas têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência média, seguro de vida, transporte coletivo e alimentação, reembolso escolar, auxílio creche e reembolso de treinamentos.

Notas Explicativas

Plano de participação nos resultados

O Grupo e suas controladas possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): o Grupo remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre o Grupo, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados do Grupo.
- (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): o Grupo bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores do Grupo. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e do Grupo), de acordo com metas pré-estabelecidas.

26 Informações complementares dos fluxos de caixa

	Consolidado	
	2016	2015
Pagamentos durante os exercícios		
Juros	29.765	56.491
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	1.661	3.300

O Grupo classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

27 Seguros (não auditado)

O Grupo e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com uma das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 517.685 (R\$ 601.715 em 31 de dezembro de 2015), e R\$ 2.170 (R\$ 2.170 em 31 de dezembro de 2015) para responsabilidade civil.

O Grupo não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comportamento das projeções empresariais

Apesar da forte desaceleração na produção de veículos em 2016, em torno de 11%, a administração da Companhia revisou as projeções indicando uma recuperação de 26,8%. Segundo dados oficiais da ANFAVEA a produção de veículos em 2017 apontam para um aumento de 11,9%.

Projeção da Evolução do Faturamento Anual da Companhia (Exclusivamente por Crescimento Orgânico)			
Ano	Variação Percentual (com relação ao ano anterior)	Variação em Reais (com relação ao ano anterior)	Faturamento Líquido Anual Projetado
2017	26,8%	R\$ 94,0 milhões	R\$ 445,4 milhões
2018	16,3%	R\$ 72,6 milhões	R\$ 518,0 milhões
2019	11,6%	R\$ 60,1 milhões	R\$ 578,1 milhões

As projeções acima incluem apenas pedidos firmes, tanto em produção como em desenvolvimento, recebidos pela Companhia até a presente data. As projeções acima poderão ainda ser aumentadas caso a Companhia tenha sucesso em processos de concorrência realizados pelos seus clientes, processos estes que não foram incluídos nas projeções acima em função de seu elevado grau de incerteza.

Proposta de Orçamento de Capital

Orçamento de capital

A Companhia pretende investir nos próximos anos, na melhoria e adequação de sua capacidade produtiva, com base nos pedidos em que já foi nomeada e contratada como produtora do ferramental e fornecedora da peça até a presente data, aproximadamente:

- 2017: R\$ 5,5 milhões
- 2018: R\$ 6,2 milhões
- 2019: R\$ 6,7 milhões

Obs: Não consideramos aqui investimentos que ainda estão em estudo, tais como: inovação tecnológica e engenharia avançada, pois requerem elevados níveis de recursos financeiros de longo prazo, que a Companhia esta buscando junto ao mercado financeiro.

Por fim, destaca-se que as projeções aqui apresentadas dependem da ocorrência de diversos eventos cuja concretização não pode ser assegurada pela Companhia, inclusive a manutenção da perspectiva de melhoria do cenário macroeconômico.

As informações não financeiras incluídas nas projeções, assim como os percentuais derivados, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente

sobre as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Plascar Participações Industriais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Plascar Participações Industriais S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Plascar Participações Industriais S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Plascar Participações Industriais S.A. e da Plascar Participações Industriais S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 631.205 mil. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.

Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Notas 2.11 e 12(f))

A situação verificada em 2016 de desaceleração na produção de veículos afetou diretamente as atividades da Companhia, que atua no setor de peças automotivas, levando-a a apresentar prejuízo bruto e operacional de R\$35.499 mil e R\$ 113.507 mil, respectivamente.

A mensuração do valor recuperável das contas "Máquinas e Equipamentos" e "instalações" do ativo imobilizado se deu por meio do valor justo, líquido das despesas de vendas. Esse cálculo foi efetuado por avaliadores externos contratados pela Companhia, e demonstrou que o valor justo é superior ao valor contábil do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016 e, por esse motivo, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi registrada nesse ano.

Focamos nossos trabalhos nessa área, pois a avaliação realizada pela administração da Companhia sobre o valor recuperável do ativo imobilizado é sensível às imprecisões inerentes ao processo e aos julgamentos efetuados e premissas utilizadas, principalmente as relacionadas ao valor de reposição, coeficientes de depreciação e vidas úteis que, se alterados, poderão resultar em valores relevantemente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação da competência, habilidade e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia, para a avaliação dos bens do ativo imobilizado das três principais UGCs da Companhia: Jundiá, Varginha e Betim.

Testamos a integridade e totalidade dos dados dos bens do ativo imobilizado fornecidos pela administração aos avaliadores externos e, com o apoio de nossos especialistas internos, checamos se as metodologias e premissas definidas pela administração da Companhia para as avaliações dos ativos por UGCs, foram apropriadamente aplicadas pelos avaliadores externos contratados quando do cálculo do valor justo dos bens do ativo imobilizado.

Em base amostral, confrontamos a lista de bens avaliados contendo seus respectivos valores novos de reposição, vidas úteis, vidas úteis remanescentes, valores de mercado, as fontes utilizadas para atribuição das vidas úteis, com as respectivas cotações externas de preço.

Consideramos que as premissas utilizadas pela administração para a apuração do valor justo menos as despesas de venda são razoáveis e consistentes com dados e informações observáveis externos, quando aplicável.

Porque é um PAA

Reconhecimento dos juros, multas e demais penalidades pelo atraso no pagamento das dívidas em aberto (Notas 13 e 23)

A Companhia tem apresentado dificuldades financeiras e, como resultado, não vem cumprindo com os pagamentos das suas obrigações com as instituições financeiras, fornecedores, encargos sociais e tributos. Assim, vem postergando os pagamentos e/ou renegociando os termos das dívidas com as instituições financeiras.

Além disso, existem obrigações a cumprir no caso de parcelamento de tributos para que a Companhia se mantenha elegível ao benefício do parcelamento.

Focamos nossos trabalhos nessa área por ser tema sensível em função da situação financeira e operacional da Companhia e da necessidade de divulgações em notas explicativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dentre outros procedimentos de auditoria, testamos a consistência das informações dos relatórios auxiliares com as informações contábeis relacionadas aos saldos de fornecedores, tributos e encargos sociais vencidos.

Adicionalmente, em base amostral, testamos o cálculo dos juros provisionados de fornecedores e de empréstimos e financiamentos conforme informações dos documentos suportes de cada transação selecionada, bem como realizamos o recálculo das atualizações monetárias, multas e juros dos valores a pagar de empréstimos e financiamentos, tributos e encargos sociais, quando aplicável.

Para os empréstimos e financiamentos, obtivemos confirmação dos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2016.

Para os parcelamentos de tributos confrontamos os saldos contábeis com as informações obtidas junto à Receita Federal.

Na aplicação dos procedimentos, não identificamos inconsistências relevantes, no contexto das Demonstrações Financeiras, entre as informações por nós checadas e as obrigações a pagar no balanço e nas divulgações correspondentes.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 07 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers

Maurício Colombari

Audidores Independentes

Contador CRC 1SP195838/O-3

CRC 2SP000160/O-5 "F"

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S/A, em reunião realizada no dia 14 de fevereiro de 2017, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou, relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações de Fluxo de Caixa de Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes. O Conselho Fiscal, baseado nos exames efetuados e no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes S.S., recomenda que o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis referidas acima sejam submetidas à aprovação dos Senhores Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente realizada.

Jundiaí, 14 de fevereiro de 2017.

MAURO CESAR LESCHZINER

JOSÉ ANTONIO VERTOAN

CHARLES DIMETRIUS POPOFF

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores qualificados, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores qualificados, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.